



Pronaos
Esferográfica sobre papel jornal

Literatura negro-brasileira: livros interditos no século XXI?

Quero iniciar este artigo com algumas perguntas: você estudou mitologia greco-romana na escola? Acredito que sim, pois mitologia greco-romana é conteúdo obrigatório na disciplina de História no Ensino Fundamental. Quem não ficava encantado com as histórias da criação do mundo, os grandes feitos de Zeus e outros deuses e semideuses da mitologia grega como Apolo, deus da música e das artes; Afrodite, a deusa do amor e da beleza e com a história de Teseu e o Minotauro?! Enfim, diversas histórias que povoaram a nossa imaginação.

Outra pergunta: você estudou sobre os mitos e lendas indígenas e africanos na escola? Se você tiver concluído o Ensino Médio nos anos 2000, acredito que não. Infelizmente, só fui ter acesso às literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas na Universidade, em 2014.

No ano de 2023 a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica, completa 20 anos. Proponho-me a trazer, neste artigo, algumas reflexões sobre tentativas de censura a alguns livros com temática africa-

na, nos anos 2018, 2019, 2021 e 2023, que me fizeram refletir sobre a importância de se discutir e dar visibilidade a essa lei de forma que seja efetivada nas escolas do Brasil, sem interferências.

Tamanha foi a minha surpresa quando no ano de 2018, vi uma postagem de uma mãe no *Facebook* sobre um comunicado recebido da escola SESI de Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro, informando aos pais que o livro *Omo-Oba: história de princesas*, da escritora Kiusam de Oliveira seria trocado por outro, porque alguns pais haviam reclamado da obra por considerá-la inapropriada para as crianças do 3º ano do ensino fundamental por falar de ancestrais, orixás femininos e recontar mitos africanos.

A minha indignação em um primeiro momento foi com o comportamento desses pais, que provavelmente não fizeram a leitura da obra, apenas a julgaram pelo título e capa; o que acontece muitas vezes com as literaturas africanas que são demonizadas por um grupo de pessoas não esclarecidas. Volto a perguntar: Por que não há reação dos pais conservadores quando se trata de mitos e lendas greco-romanas? Por que não há ques-



Lisiane Oliveira e Lima Luiz

Doutoranda em Estudos Literários pela UNEMAT, mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Possui graduação em Letras Português e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Rondônia (2014). Atualmente, desenvolve o Projeto Literário Ler Para Viver Melhor no Canal do Youtube desde março de 2020.

Contato: (69) 99313-7477

tionamentos em adotar uma literatura que fala dos deuses e semideuses greco-romanos? Longe de estar sendo preconceituosa com a cultura greco-romana, o que pretendido é fazer um paralelo e demonstrar que há um peso e duas medidas quando a questão é cultura africana e afro-brasileira.

Com a efetivação da Lei 10.639/03 percebi uma movimentação, bem tímida, confesso, por parte de alguns professores para colocá-la em prática. Este ano a lei completou 20 anos, no entanto, percebe-se que ela é inexistente em muitas instituições públicas e privadas ou só é lembrada (e quando é) uma vez por ano no dia 20 de novembro, data que é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra.

A verdade é que ainda há muito preconceito em relação à cultura e história africana, principalmente, quando se fala em religião de matriz africana. Nossa sociedade precisa descolonizar a mente e respeitar as diversas culturas e as crenças de cada povo que vive neste país, afinal, vivemos em um país multicultural, portanto, é inadmissível posturas que não respeitam as religiões de matriz africana.

Depois, pensando melhor, a minha indignação voltou-se à direção da Escola SESI de Volta Redonda-RJ, pois os pais dessas crianças, provavelmente, são desconhecedores da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório em todos os estabelecimentos de Educação pública e privada o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, nas disciplinas de Artes, História e Literatura da Educação Básica.

Provavelmente, os pais que se escandalizaram com o livro *Oma-Oba: histórias de princesas* não tinham conhecimento da Lei 10.639/03 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2017, que traz entre suas competências

gerais estímulo para

exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza”(BRASIL, 2017. p. 10).

Esse é o ponto, como cidadãos deveríamos estar atentos às transformações que ocorrem em nossa sociedade. Esse caso só me fez chegar à conclusão que há muito tempo rondava minha mente: falta preparação

dos profissionais da educação e divulgação dessas leis para que elas se fortaleçam e sejam adotadas nas escolas públicas e privadas. Com a Lei 10.639/03, os livros didáticos foram reformulados e, hoje, é possível encontrar poemas e contos de autores e autoras negras nos livros didáticos do ensino fundamental e médio. Isso é um avanço, pois há alguns anos, a impressão era que havia um interesse em manter a história de luta do povo africano, sua resistência e su-

peração escondidas, abafadas e esquecidas, uma vez que os livros didáticos abordavam somente a história de escravização, humilhação e dor. O povo africano tem história, lendas, mitos e religiões que precisam ser apresentadas, valorizadas e respeitadas nos currículos escolares.

No fato ocorrido, a postura da Coordenação Pedagógica da Escola SESI de Volta Redonda, quando recebeu as reclamações dos pais, foi de despreparo e desrespeito à cultura africana, pois informou-lhes, por meio de um comunicado, que fariam a troca do livro *Oma-Oba: história de princesa* por um novo título de forma a atender à solicitação daqueles que reclamaram, mas os que já tinham adquirido a obra não haveria prejuízo, pois

O povo africano tem história, lendas, mitos e religiões que precisam ser apresentadas, valorizadas e respeitadas nos currículos escolares.

fariam uma adaptação da proposta dividindo as crianças em dois grupos: crianças que já haviam adquirido o livro *Omo-Oba* e crianças que iriam adquirir um novo título.

Que adaptação de proposta poderíamos esperar? Imagino as crianças de 8 anos perguntando ao colega: “Por que meu livro não é igual ao seu?” E o outro respondendo: “Porque meu pai disse que esse livro é feio”, para não dizer outra coisa. Um total absurdo dando margem para perpetuar o preconceito e discriminação em sala de aula. Ao enviar esse comunicado, a Instituição perdeu a oportunidade de desenvolver um papel educador e transformador na sociedade.

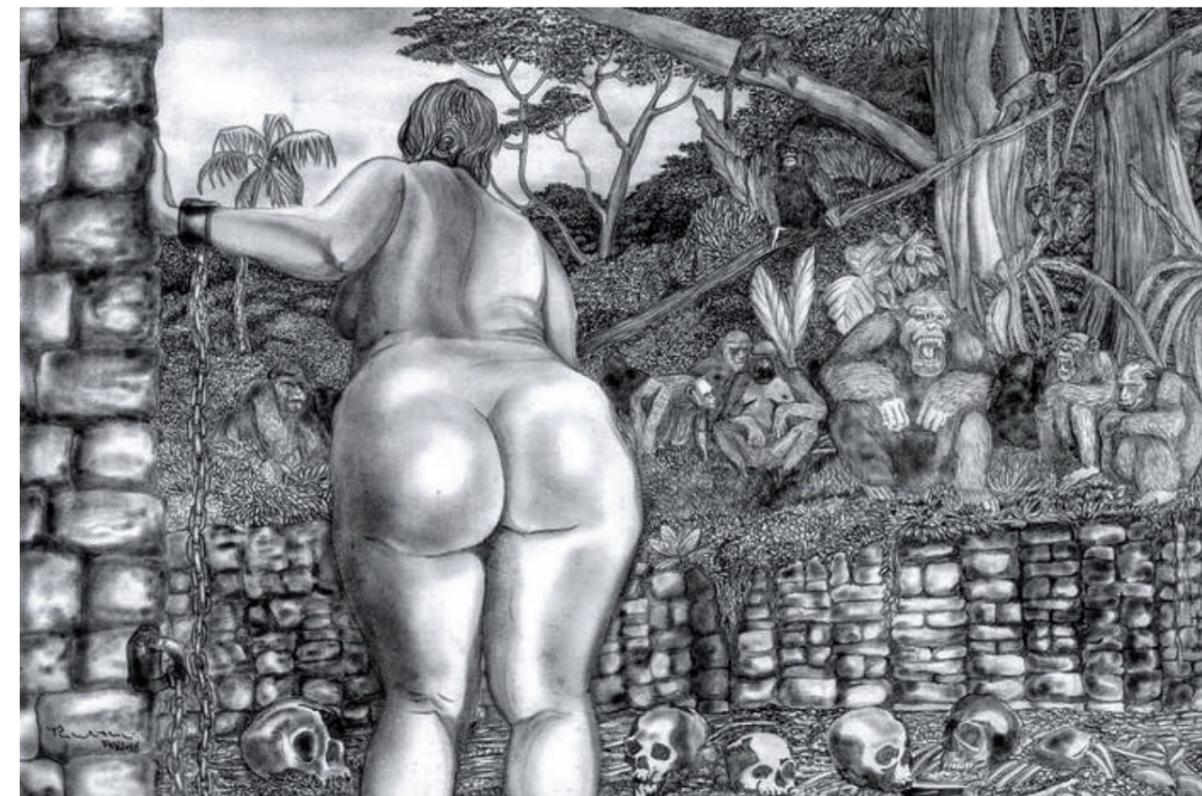
Por que, prontamente, a Direção não chamou os pais que reclamaram para uma reunião explicativa sobre a adoção da obra? Aliás, uma obra adotada desde 2009 pelas escolas, além de ter sido escrita por uma professora competente que, por 23 anos, atuou na educação infantil. Por que somente, em 2018, essa obra foi considerada inadequada e perseguida por pais radicais em pleno século XXI?

Após a Procuradoria Federal dos Direitos

dos Cidadãos, braço do Ministério Público Federal, pedir esclarecimento ao SESI, a instituição reviu o procedimento adotado, retratou-se com a mãe ofendida, convocou os pais para uma reunião, promoveu uma reciclagem com os profissionais da escola e voltou a utilizar o livro nas aulas de História. Como nos contos de fadas, a história terminou com um final feliz para a educação brasileira.

Minha sincera admiração vai à mãe e professora Juliana Pereira que ao receber o comunicado da escola do filho, pôs-se em ação. Foi às redes sociais, colocou “a boca no trombone”, fez-se ouvida e atendida em sua reivindicação. Por mais mulheres e mães esclarecidas como Juliana que se envolvem na educação dos filhos e lutam por uma educação antirracista. Devemos nos perguntar: Que tipo de mensagem ficaria na mente das crianças negras e brancas dessa escola, caso o livro fosse realmente substituído?

Outro fato que ganhou destaque nos sites de notícias e redes sociais em novembro de 2021 foi o afastamento de uma professora do Ensino Médio da escola particular Vitória Régia em Salvador- BA por ter indicado o livro de contos *Olhos d'água*, de Conceição



Convívium
Lápis sobre sulfite

Evaristo. A professora sofreu retaliações dos pais, pois consideraram o texto com linguagem inapropriada para os adolescentes do Ensino Médio. Cabe ressaltar que o livro considerado interdito recebeu o prêmio Jabuti no ano de 2015 e foi incluído como leitura obrigatória em diversos vestibulares do Brasil. O que o torna inapropriado na visão dos pais? O fato de abordar temas como a violência, pobreza, racismo e abuso?

Para finalizar minhas reflexões, trago um caso mais recente (quisera fosse o último!), ocorrido em março de 2023, envolvendo vandalização do livro de literatura infantil *Amoras*, do rapper Emicida, e mais uma vez, o fato ocorreu em uma escola particular de educação infantil, Clubinho das Letras, em Salvador- BA. O livro *Amoras* fala do relacionamento cheio de afeto entre pai e filha. Na obra, a menina negra começa a reconhecer-se no mundo por meio das histórias contadas pelo pai. No final da obra há um glossário explicando algumas palavras que aparecem no texto como “orixá”, “obatalá”, “África”, “Martin Luther King”, entre outras. No entanto, a mãe de uma criança comprou o exemplar indicado pela escola para o projeto Ciranda Literária, mas não concordou com o texto literário e resolveu escrever ao lado dos textos versículos bíblicos e colocar a palavra “falso” ao lado do que considerava não cristão. O caso, pode ser enquadrado como racismo religioso. A escola se pronunciou informando que um novo exemplar do livro *Amoras* seria restituído e promoveria uma reunião com os pais.

Mais uma vez o racismo religioso se manifesta machucando, desrespeitando e ofendendo grupos pertencentes a outras religiões. A visão de mundo africana “ofendeu” a mãe da criança. Por que quando se trata de mitologia africana é tão ofensivo para algumas pessoas? Será que vandalizariam um livro de mitos greco-romanos? Ou vandalizariam a tela *O nascimento de Vênus*, do pintor italiano Sandro Botticelli?

As religiões de matriz africana e indígena resistem e reexistem desde o período colonial do Brasil, mas chega de pedir autorização! É preciso respeitar as leis e promover uma educação de respeito, paz e empatia. As escolas precisam ser respeitadas no cumpri-

mento de sua tarefa de difusão da diversidade cultural do povo brasileiro, seja por meio dos livros de Literatura, de História ou de Artes como preconiza a Lei 10.639/03. Como afirma a filósofa Djamila Ribeiro, no *Pequeno Manual Antirracista* “[...] o antirracismo é uma luta de todos e todas” (2019, p. 15). O que estamos fazendo para contribuir?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME. [Online] 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em 28 de mar. de 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 mar. 2023.

MELO, Mônica. Livro infantil do rapper Emicida é vandalizado por mãe de aluno com críticas às religiões de matriz africana. **G1**, Bahia, 07 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghtml>. Acesso em 28 mar. 2023.

MUNIZ, Tailane. Professora contradiz Vitória Régia e diz que livro de Conceição Evaristo foi proibido pela direção. **Metro 1**, Salvador, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/educacao/115446,professora-contradiz-vitoria-regia-e-diz-que-livro-de-conceicao-evaristo-foi-proibido-pela-direcao>. Acesso em 28 mar. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

Sesi tem dez dias para esclarecer exclusão de livro sobre mitos africanos. **Exame**, São Paulo, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sesi-tem-dez-dias-para-esclarecer-exclusao-de-historia-de-princesas-negras/>. Acesso em 28 mar. 2023.